

Silveira Neto (*),

A Revolução Liberal de 1842 ()**

Oliveira declara guerra a Itapecerica (*)**

(*) **Escritor, Jornalista, Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Cientista Político e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.**

(**) **Publicado anteriormente no jornal Diário da Tarde, 7/6/1985.**

(***) **Publicado anteriormente no jornal Diário da Tarde, 1/7/1985.**

ABSTRACT

The author summarizes the causes which led to the Rebellion, concentrating on the analysis of the events which took place in Minas Gerais by making the roles of Lientennant Colonel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha and Teófilo Otoni stand out.

RESUMO

O autor faz um apanhado sobre as causas que levaram à rebelião, concentrando-se na análise dos episódios ocorridos em Minas Gerais e destacando o papel do Ten-Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e de Teófilo Otoni.

A Revolução Liberal de 1842

A 10 DE JUNHO de 1842, a cidade de Barbacena viveu um dos grandes momentos da História Pátria, com a deflagração da Revolução Liberal e a escolha de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha para Presidente Interino da Província. Esse movimento, que começou em São Paulo, dirigido por Rafael Tobias de Aguiar (marido da Marquesa de Santos, ex-concubina do Imperador Pedro I), foi logo debelado. Mas, em Minas, levantou o povo contra as medidas arbitrárias do grupo conservador que manipulava o jovem Imperador Pedro II e durou pouco mais de 2 meses. Muita gente associa a Revolução Liberal à cidade de Santa Luzia, mas ali foi simplesmente o fim, a 20 de agosto, quando as tropas de Caxias, praticamente por um golpe de sorte, conseguiram vencer os liberais. Na verdade, houve combates em vários lugares (Queluz – atual Conselheiro Lafaiete –, Caeté, Sabará, uma escaramuça em Araxá e uma batalha pouco conhecida e muito pitoresca entre Oliveira e Itapeçerica).

Mas, o que foi, efetivamente, essa guerra que fez tantas vítimas em 1842? Foi uma rebelião separatista? Uma revolta antimonarquista?

Razões da rebelião

É preciso situar o País na sua perspectiva histórica e verificar que, com apenas vinte anos de independência, a unidade política ainda não estava consolidada, os partidos e as correntes de opinião mal definidos, e o Império lutava contra vários movimentos de rebeldia, em diversas regiões. A Constituição de 1824 deu ao Brasil a condição de um Estado unitário, com forte centralização do poder: o País era dividido em províncias, sem autonomia, com presidentes nomeados pelo Imperador e simplesmente alguns Conselhos de poucas atribuições deliberativas. Com o forte descontentamento oriundo dessa centralização política, veio o chamado Ato Adicional de 1834, reformando a Constituição e criando as Assembléias

Legislativas Provinciais, continuando, porém, os Presidentes de livre escolha do Imperador. Delineiam-se, após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, os primeiros movimentos que irão confluir nas correntes políticas formadoras dos Partidos Conservador e Liberal, responsáveis pela estabilidade da nossa Monarquia Parlamentar, segundo o modelo inglês, única na América e caso curioso de uma transplantação política que durou meio século.

Apesar das divergências, o equilíbrio político manteve-se até 1840, quando os conservadores conseguiram a aprovação da chamada "Lei de Interpretação" do Ato Adicional, praticamente anulando a descentralização provocada por aquela conquista de 1834. Outra reação contra a "oligarquia conservadora", segundo os liberais, foi a reforma do Código Criminal, esta verdadeiramente uma medida arbitrária, pois diminuía a autonomia do júri, permitia a prisão a título de averiguação, sem culpa formada, e suprimia a inviolabilidade do domicílio. O processo de nomeação de delegados e autoridades policiais também punha todo o poder em mãos do Imperador e praticamente extinguiu as conquistas liberais dos últimos anos.

Essas as principais razões da Revolução Liberal de 1842. Curiosamente, os seus historiadores, os documentos, as opiniões da época mostram que não foi um movimento contra a monarquia nem contra Pedro II, mas contra essas citadas medidas centralizadoras e contra um grupo que manipulava o Imperador, chamado pelos liberais de "oligarquia conservadora". Isso é o que se depreende do mais importante depoimento da época, "*História do Movimento Político de 1842*", do Cônego José Antônio Marinho, que foi líder da Revolução e testemunha ocular de muitos acontecimentos; preso em Santa Luzia, juntamente com Teófilo Otoni e outros chefes, conseguiu sumir por algum tempo e foi anistiado, como os demais, em 1844.

Sobre a reforma do Código Criminal, Marinho diz textualmente em sua obra:

"Uma das mais iníquas disposições dessa reforma é a que determina que a lista dos eleitores e dos elegíveis seja organizada pelo pároco, juiz de Paz e subdelegado. Ora o subdelegado é sempre um agente do governo, e um agente amovível. O pároco mais provavelmente supõe-se pertencer também ao partido do Governo, e o juiz de Paz pode apoiá-lo ou à oposição".

Começa a Revolução

Sem saber que as coisas em São Paulo não andavam bem para os liberais, em vista das lentas comunicações da época, começou em Barbacena a sublevação. Sabiam que a Revolução tinha estourado em Sorocaba, e como o Ten.-Cel. José Feliciano passava por Barbacena, vindo do Rio, reuniu-se com os ex-deputados Dias de Carvalho e Marinho e outros próceres; a Guarda Nacional convidou Feliciano para assumir a presidência interina da Província, no que foi secundada pela Câmara Municipal e com o apoio da população. José Feliciano enviou ofício ao Imperador, dizendo das razões dos mineiros, e logo lançou manifesto, que começava assim:

“Quando a Pátria periga, é dever de todo cidadão correr em sua defesa; e quando a liberdade é calcada aos pés por um governo ambicioso, empunhar as armas para defendê-la e sustentá-la é a primeira obrigação do homem livre”.

Para os liberais, era fundamental restabelecer as garantias democráticas da Constituição de 1824, com o Ato Adicional, praticamente violadas com a citada “Lei de Interpretação”.

Parecia haver em Minas um estado de espírito preparado para o movimento, pois, apesar das dificuldades de comunicações, a palavra de ordem do novo presidente ecoou por toda parte, encontrando receptividade em numerosas e importantes cidades, que se levantaram em armas a favor dos liberais.

Teófilo Otoni

Apesar de ter sido José Feliciano o presidente interino do chamado “Governo Intruso”, como se vê designado em documentos da época, o certo é ter sido Teófilo Otoni, esse serrano tão bem biografado por Paulo Pinheiro Chagas, o líder incontestável, a alma do movimento. Na época da revolução, é um homem de trinta e cinco anos, um tipo desempenado, com barba à Lincoln, e, como diz Pinheiro Chagas – “um pouco de filósofo, qualquer coisa de espadachim...”

Segundo consta, Otoni já sabia do fracasso da revolução em São Paulo, quando veio para Minas, mas fingiu nada saber para não trair os próprios ideais e decepcionar os mineiros. Atribuíam-lhe o impacto da ponte do Paraibuna, para impedir ou retardar as tropas imperiais que vinham do Rio.

São João del Rei aderiu ao movimento, sem luta. Mas há

muita coisa pela frente. Feliciano hesita em atacar Ouro Preto, onde o presidente Bernardo Jacinto da Veiga, autoritário e serviçal do Imperador, continua intocado.

As tropas rebeldes avançam em direção a Queluz. Feliciano hesita, mas Otoni o convence a atacar a cidade, fortemente defendida por soldados treinados e experientes. Queluz é tomada pelos liberais, mas, nessa altura, Feliciano mostrava-se cada vez mais cético em relação à causa revolucionária, pois tinha sabido da derrota dos liberais em São Paulo. E, apesar dos argumentos de Otoni, no sentido de tomar Ouro Preto, Feliciano resolve marchar em rumo de Sabará. O presidente interino resolve abandonar o comando da revolução, à véspera da batalha decisiva de Santa Luzia. Teófilo Otoni não recua; está sempre presente; faz tudo para animar os combates. Ele próprio entra no combate.

Quando a vitória parece sorrir aos liberais, na batalha de Santa Luzia, tendo havido até um recuo das forças de Caxias, há uma reviravolta e os legalistas acabam dominando a situação. O historiador Waldemar de Almeida Barbosa acha que esse revés se deveu à traição de um dos líderes.

Teófilo Otoni, preso, como os outros, fica mais um ano encarcerado e é levado a júri, constituído de elementos de várias correntes políticas. Ele próprio faz a sua defesa. É absolvido por unanimidade. Pinheiro Chagas descreve em rápidas pinceladas: "A cena respirava a beleza dos dias antigos. Tudo avultava na majestade desse julgamento: o réu, os jurados, a instituição. Tudo era grande no quadro magnífico. Tudo, menos o poder..."

O sentido Liberal

Apesar do seu idealismo e do seu entusiasmo, os liberais perderam a guerra. O próprio Marinho reconheceu que ela foi feita com afoiteza e improvisação e, sobretudo, sem elementos habilitados no comando das operações militares. A isso se acrescem a falta de recursos e as divergências entre os seus chefes; José Feliciano evitou a marcha sobre a capital da Província e, à véspera da batalha de Santa Luzia, desertou.

Se não foi um movimento separatista nem contra a monarquia ou contra o Imperador, qual o sentido da Revolução de 1842?

O historiador João Camillo de Oliveira Torres assim a definiu:

"Era uma revolução contra umas tantas leis e contra um gabinete".

E mostra que não passou de “um símbolo perene do liberalismo radical” ou um protesto. E que teve os seus resultados imediatos. Fez com que se instaurasse no governo o regime de alternância, com ministérios conservadores e liberais, de modo que, poucos anos depois, esses últimos estavam no poder. E o próprio Teófilo Otoni seria senador do Império.

No fundo, foi mesmo um movimento “liberal” com o sentido que atribuímos a esse adjetivo: pela liberdade política contra a concentração do poder em oligarquias encasteladas no governo. Apesar de ter sido muito rápida e quase um simples episódio militar, a Revolução Liberal teve esse sentido de autonomia política que lhe emprestou um cunho de expressiva significação histórica.

ABSTRACT

The author summarizes the Liberal Revolution and then tries to concentrate on the particular event between Oliveira's rebels and the conservative party of Itapecerica. According to him, the battle on Campo do Caju is similar to the one historically known as "Capão da Traição".

RESUMO

O autor faz um apanhado geral da Revolução Liberal e depois procura concentrar-se no episódio particular ocorrido entre os rebeldes de Oliveira e os conservadores de Itapecerica. Segundo este, o combate do Campo do Caju é semelhante àquele conhecido pela História como do Capão da Traição.

Oliveira declara guerra a Itapecerica

O leitor de um jornal de hoje ficaria impressionado com uma notícia dessa natureza, envolvendo duas conhecidas cidades situadas nos Campos das Vertentes. E, certamente, essa manchete seria estampada em algum jornal daquelas localidades, se existisse imprensa na época em que, efetivamente, o fato aconteceu, embora pouco conhecido do público atual. A verdade é que, em 11 de julho de 1842, durante a Revolução Liberal, houve uma batalha, uma verdadeira guerra, entre os rebeldes que vieram de Lavras, Oliveira, Santo Antônio do Amparo, Cláudio e Perdões, e os legalistas, fortificados em Itapecerica (São Bento do Tamanduá). Esse fato histórico é pouco conhecido, pois quase todas as pessoas que lêem sobre a Revolução Liberal de 1842 quase sempre só se lembram da célebre batalha de Santa Luzia, onde terminou aquele movimento, com a vitória do Barão de Caxias, sufocando a rebelião na Província de Minas Gerais.

E o mais curioso, nessa luta de um dia apenas, naquela região, é ter havido um episódio semelhante ao do Capão da Traição, da Guerra dos Emboabas.

Através de historiadores, como o Cônego José Antonio Marinho, que participou da Revolução, ao lado de José Feliciano e Teófilo Otoni; da obra de Eduardo de Menezes; de ofícios das Câmaras de Oliveira e Itapecerica e outros documentos, pudemos fazer um levantamento dessa terrível guerra, para a época, que deixou um nome significativo de sua existência em localidades hoje situadas no município de Camacho, como Mato do Fogo, perto do povoado dos Borges.

A Revolução Liberal

Começou em São Paulo, em Sorocaba, dirigida pelo Brig. Rafael Tobias de Aguiar, marido da Marquesa de Santos, a Revolução Liberal, logo debelada ali pelo governo imperial.

Também os mineiros do Partido Liberal estavam insatisfeitos com as medidas arbitrárias tomadas pelo Ministério conservador, sobretudo a chamada "Lei de Interpretação" do Ato Adicional, de 1834, que tirou a autonomia das Províncias, e da reforma do Código Criminal em vigor. Não foi contra a monarquia nem contra o Imperador nem muito menos foi um movimento separatista, mas contra um Ministério e certas leis. Começou em Barbacena, no dia 10 de junho de 1842, quando por ali passava o prestigiado Ten.-Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, proclamado presidente Interino da Província de Minas. Enquanto muitas cidades, em toda a Província, aderiam à Revolução, os legalistas iam organizando a resistência. Houve combates em muitos lugares, como Queluz (Conselheiro Lafaiete), Caeté, Sabará, culminando com a batalha final de Santa Luzia, no dia 21 de agosto, e a derrota dos liberais. Ali foram presos Teófilo Otoni e o Cônego José Antônio Marinho, o historiador da Revolução, mais tarde absolvidos em júris e anistiados dois anos depois.

Oliveira versus Itapecerica

De Barbacena, o movimento liberal foi-se fortalecendo com a adesão de outras cidades, como São João del Rei, Lavras, Perdões, Cláudio, tomando Oliveira como centro de um contingente de tropas. Naquela zona, a liderança coube ao bacharel José Jorge da Silva, que conseguiu da Câmara de Lavras, em 15 de junho, a aprovação do Presidente Interino. Segundo o historiador Eduardo de Menezes, José Jorge "era advogado, como seus irmãos, de rara inteligência, fluente, eloqüente, correto, simpático na tribuna: a sua palavra atraía ouvintes que o rodeavam suspensos a seus lábios, e gozava de grande influência na localidade e nas vizinhanças".

Em Oliveira, uma comissão de liberais, entre eles o vigário Pedro Meireles de Barros, realizou sessão extraordinária da Câmara, em 22 de junho, reconhecendo o novo governo, e isso apesar da resistência de alguns legalistas.

Enquanto isso, não muito longe, São Bento do Tamanduá (Itapecerica) mantinha-se irredutível pela legalidade. Já meses antes, em 4 de fevereiro, a Câmara Municipal oficiava ao Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, denunciando pessoas que apareciam na região, sobretudo no distrito de São Francisco de Paula, "pregando doutrinas reprovadas pela Constituição". Como consta desse ofício, tratava-se de angariar, através de abaixo-assinados, a adesão

dos habitantes em favor dos liberais.

O historiador Marinho afirma que, em Tamanduá, grande era a perseguição aos liberais: "A cadeia estava atulhada de presos, sem culpa formada por causa da perseguição das autoridades locais".

A situação era, pois, tensa, naquela zona de guerra. Os legalistas de Tamanduá prontos para a resistência e os comandados do Dr. José Jorge preparando-se para a tomada de Itapeçerica. A verdade é que não se tratava de um exército organizado, mas um contingente formado, na maioria, por guardas-nacionais, sem liderança definida, sem armamento adequado, sem munições e víveres, parecendo mais uma multidão em festa que um batalhão de guerra. Segundo consta, José Jorge conseguiu reunir cerca de 600 combatentes em Oliveira e nas vilas vizinhas.

A emboscada

O autor da "História de Oliveira", Luiz Gonzaga da Fonseca, dedicou um capítulo especial à Revolução Liberal e reuniu elementos sobre a célebre "batalha" ocorrida em 11 de julho no local denominado Campo do Caju, onde os liberais caíram numa emboscada dos combatentes liderados pelo Cel. Narciso Ferreira de Oliveira. Assim narra o historiador:

"Quando, no dia 11, por ali passaram os 400 guerreiros oliveirenses, já excitados pela aproximação do arraial de São Bento, eis que de improviso, rugelhes por cima um fogo cerrado, vindo não se sabia donde. Aqueles 60 homens caem furiosamente sobre o grande exército de Oliveira. Estabelece-se o pânico. Rolam cadáveres de homens e cavalos. Revidam os de Oliveira, mas acabam em verdadeira debandada pelo mato adentro, depois de uma hora de fogo cerrado, deixando o campo da peleja "juncado de muitos cadáveres, 13 ponches, uma reuna, nove cavalos e doze malas, afora muitos outros despojos que foram extraviados, por se não poder explorar no mesmo dia o campo, por estar vizinho a uma mata, em que embrenharam os mesmos sediciosos" (De um ofício do Cel. Narciso ao governo da Província). O número de feridos foi de uns quarenta e tantos, sendo que, na parte contrária, só houve três".

Segundo Menezes, que também descreve a emboscada de modo semelhante, os liberais cometeram o erro de não esperar por um contingente de São Francisco, comandado por Manuel

Rodrigues de Andrade, "homem conhecedor dos recantos da localidade e que podia ter evitado lugares próprios a emboscadas das forças contrárias".

Em ofício de 26 de julho, dirigido ao governo provincial, o Cel. Narciso diz que os sediciosos, após debandada, se localizaram no arraial de Cláudio, de difícil acesso, motivo pelo qual solicitava auxílio de tropas para dispersá-los.

Onde a batalha

Em toda essa história, havia um ponto de estrangulamento e dúvida, a saber: determinar o verdadeiro local dessa batalha sobre a qual o Cônego Marinho pouco falou, certamente por ter sido o primeiro grande revés sofrido pelos liberais. Com a cooperação do Sr. Lineu de Carvalho, nosso amigo e prefeito de Campo da Mata, e do Prof. José Geraldo de Araújo, ex-diretor do Ginásio de Itapecerica, pudemos trazer novos e inéditos esclarecimentos sobre a batalha do Campo do Caju.

Conforme dados colhidos pelo Prof. Araújo, através de informações orais, o verdadeiro herói da resistência legalista foi um pacato fazendeiro, Antônio Quirino de Andrade, encarregado de organizar a defesa, logo que os líderes de Tamanduá souberam da marcha contra a sua vila. Construíram-se duas trincheiras, uma na Boa Viagem, perto de Itapecerica, e a outra no Campo do Caju, na lombada de um monte, divisor de águas, tendo a um lado o povoado dos Costas e de outro o dos Borges. Quirino, fazendeiro de recursos, conseguiu reunir mais ou menos 150 combatentes, das próprias imediações de Camacho, fornecendo-lhes armas e víveres. Os liberais de Oliveira vieram pela estrada do Areado e ignoravam a existência da trincheira de Caju, tendo sido surpreendidos pelo tiroteio dos legalistas de Tamanduá, quando um dos homens de Quirino, Justino Gomes, vislumbrou os invasores aproximando-se no meio da mata e gritou: "Fogo, gente". Os legalistas, de tocaia e protegidos, pouco sofreram, mas os liberais tiveram uma fragorosa derrota, muitos morrendo e todos se dispersando em debandada. Havia ali uma frondosa árvore, que foi duramente atingida pelas balas; essa "árvore da bala", como foi denominada, foi atingida por uma fâsca, há muitos anos durante uma tempestade e dela só resta um tronco enorme e seco.

Como se vê, essa derrota dos liberais teve grande importância

no desenrolar dos posteriores feitos militares, enfraquecendo o ânimo dos sediciosos.

Oliveira versus Itapecerica

Com o Sr. Ludgero da Silveira, dirigimo-nos, há alguns dias, a Itapecerica, para conhecer o local da batalha. Ali entramos em contato com o próprio proprietário do terreno onde se localiza o "Mato do Fogo", o Sr. Alvim Garcia Sobrinho, que cordialmente se prontificou a nos acompanhar. Deixamos o asfalto em Itapecerica e rumamos para Camacho, numa estrada poeirenta e de mata-burros, por mais de vinte quilômetros. Depois de Camacho, viramos à esquerda e subimos um morro até atingirmos o "Mato do Fogo", onde resta muito pouco da vegetação frondosa de outrora. Mas vimos o tronco seco da "árvore da bala", e descortinamos de um lado, o povoado dos Costas, e, de outro, a aldeia dos Borges. Ao fundo, o casario de Camacho, ex-distrito de Itapecerica e hoje município autônomo, modorrando na sua calma de cidadezinha provinciana. Atualmente, nada, ali, faz lembrar a "terrível" batalha, para a época, em que se envolveram algumas centenas de combatentes, com as armas mais rudimentares e sem nenhum preparo para ações bélicas.

A chamada batalha do Campo do Caju mereceu poucos comentários dos documentos da época, mas o próprio José Feliciano, em portaria de 14 de julho, pedia que se reunissem novas forças na Vila de Oliveira, em consequência da guerrilha ocorrida naquele local. O presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga, em ofício de 18 de agosto 1842, dirigido ao Cel. Narciso "tem a declarar que muito digna de louvor é certamente a bravura e denodo com que os Tamanduenses repeliram os rebeldes, aliás em número muito superior, prestando assim os mais importantes serviços à Causa Pública".

Com essa pesquisa, procuramos elucidar alguns aspectos pouco conhecidos desse episódio histórico da Revolução Liberal de 1842, esperando que outros pesquisadores tragam novos subsídios a esse acontecimento político e militar de nosso passado.